

## **JUSTIÇA QUE TARDA É FUNDAMENTALMENTE INJUSTA**

**ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO\***  
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Nesta entrevista especial, o ministro Antônio de Pádua Ribeiro faz uma análise aprofundada do Judiciário brasileiro e do Conselho Nacional de Justiça, além de tecer críticas ao excesso de dispositivos contidos na Constituição.

Indicado pela esmagadora maioria dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional nº 45, de dezembro de 2004, o ministro Antônio de Pádua Ribeiro, mineiro de 65 anos, traz como credencial uma extensa folha de 25 anos de serviços prestados ao Judiciário brasileiro. Mas não é só. Também já exerceu cargos importantes no Executivo e no próprio Legislativo.

Já foi jornalista profissional, advogado, assessor parlamentar, procurador da Câmara dos Deputados e subprocurador-geral da República. Integrou o Tribunal Federal de Recursos (TRF) de 1980 até sua extinção, em 1989. Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde sua instalação, em abril de 1989, já foi corregedor-geral da Justiça Federal e também da Justiça Eleitoral e vice-presidente do STJ. Presidiu a Corte Superior e o Conselho da Justiça Federal no biênio 1998/2000, tendo introduzido relevantes inovações tecnológicas no funcionamento desses dois órgãos, na busca de tornar menos morosos os trâmites processuais e aproximar a Justiça da sociedade.

Presidiu a comissão de ministros que atuou junto à Assembléia Nacional Constituinte em 1988, tendo desempenhado importante papel na criação do Superior Tribunal de Justiça e dos cinco Tribunais Regionais



<http://bdjur.stj.gov.br>

---

\*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 15/12/1995.  
RIBEIRO, Antônio de Pádua. Justiça que tarda é fundamentalmente injusta. **O Magistrado**, São Paulo, ano v, nº 45, p. 8-14, abr./maio 2006.

Federais. Crítico feroz do excesso de leis do nosso ordenamento jurídico, do mudancismo legal que a todo instante altera as regras do jogo e modifica os dispositivos legais, em razão dos interesses do momento, o ministro acredita que os problemas do Judiciário são comuns a todos os Poderes, que atravessam uma grave crise de legitimidade.

Considera que as dificuldades e as carências da Justiça brasileira são apenas uma faceta da crise geral do Estado e da perda da noção de autoridade resultante do esfacelamento dos valores morais e da falta de legitimidade do exercício do Poder em nosso País.

Segue adiante o pensamento do Corregedor Nacional de Justiça sobre os temas que envolvem o Poder Judiciário e os caminhos que o ministro entende deva seguir a Justiça brasileira para aprimorar seus serviços e cumprir sua missão institucional.

**O MAGISTRADO** - Como o Senhor avalia a reforma do Judiciário desde a sua implantação até agora?

**MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO** - Creio que houve avanços significativos, entre os quais posso citar a própria criação do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Nacional de Justiça, dos juizados especiais federais, da súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal e a autonomia funcional e administrativa concedida às Defensorias Públicas estaduais, entre outros. Mas é preciso reconhecer que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Tenho defendido que é necessário e urgente um enxugamento da nossa Constituição, que ainda não completou três lustros e já tem mais de 50 emendas. Na verdade, assemelha-se a um catálogo telefônico, tal sua prolixidade e abrangência. Dispõe sobre assuntos que nitidamente, às escâncaras, não possuem caráter nem envergadura constitucional, que deveriam ser tratados no âmbito da legislação federal e não no texto da Carta Magna. Possui equívocos graves e exageros evidentes,



como o excesso de cláusulas pétreas que engessam por demais a atuação da sociedade e a amplitude conferida ao direito de defesa, que chega a abranger até mesmo os procedimentos administrativos.

Acredito também que sem o fortalecimento das leis ordinárias, sem a urgente revisão dos códigos processuais, sem o fechamento dessas brechas legais que permitem que um processo vá parar no Supremo Tribunal Federal, embora nada exista nele de matéria constitucional, sem que se estanque essa plethora recursal, essa verdadeira avalanche de processos que asfixia e paralisa os juízos e tribunais, não se conseguirá avançar muito no sentido do que a sociedade brasileira deseja e merece: uma prestação jurisdicional célere, eficaz e presente.

Tenho declarado que a Justiça que tarda é fundamentalmente injusta e acaba negando e renegando sua própria razão de existir, seu fundamento de ser. Mas sem que se procure aparelhar a máquina judiciária, sem a uniformização dos procedimentos processuais, sem o fechamento dos compartimentos legais por onde os recursos se multiplicam, a maior parte das vezes sem razão ou sentido, mas apenas para delongar mais a demanda, não se conseguirá produzir resultados satisfatórios no sentido de renovar a Justiça brasileira e melhorar a efetividade da prestação jurisdicional.

E é nessa perspectiva, nessa direção, que entendo deva ser o trabalho do Conselho Nacional de Justiça: abrir rumos, traçar políticas, definir procedimentos claros e objetivos, que uniformizem a atuação e modernizem a estrutura do Poder Judiciário brasileiro. É preciso terminar de vez com essa história de caixa-preta do Judiciário. Sempre defendi que toda caixa-preta deve ser arrebatada, principalmente porque é inadmissível a existência de qualquer coisa oculta ou não-declara-da quando se trata de um dos Poderes da República.



E sempre rechacei, com firmeza, esse rótulo que tentam sempre pespegar na Justiça, mesmo porque o Judiciário brasileiro é, na verdade, um arquipélago, composto de ilhas isoladas, muitas vezes sem qualquer informação entre si, algumas delas ainda vivendo na época do início da República. Há ilhas de excelência, com padrões de atuação e de produtividade de primeiro mundo, mas há muitas ainda sem acesso aos mínimos procedimentos tecnológicos, com graves deficiências e carências tão sérias, humanas e materiais, que terminam por inviabilizar qualquer esforço ou boa vontade no sentido de melhorar os padrões e aprimorar os serviços prestados.

**O MAGISTRADO** - O veto ao nepotismo no Judiciário pode ser considerado como a principal realização do CNJ? Como a sociedade, as entidades da magistratura e os servidores públicos podem contribuir para que essa prática seja eliminada?

**MAPR** - Seria sumamente injusto, para com o trabalho intenso que o CNJ vem desenvolvendo, considerar que o veto ao nepotismo foi a coisa mais importante que já fez desde junho de 2005. Na verdade, sem alarde, o Conselho tem baixado resoluções e expedido atos que certamente gerarão efeitos benéficos a curtíssimo prazo na oxigenação da máquina judiciária. Por exemplo, o ato que determina que todas as promoções dos juizes têm de ser definidas em sessões públicas e as decisões, fundamentadas. Isso certamente inibirá as indicações políticas ou de apadrinhamentos.

Tenho defendido que, para acabar de vez com a prática odiosa do nepotismo, em todos os Poderes, dever-se-ia editar uma emenda constitucional definindo claramente a questão. Isso evitaria que alguns Estados tivessem dispositivos constitucionais ou legais sobre a matéria enquanto outros nada dispõem sobre ela. Penso que se o tema assumir uma conformação constitucional obstar-se-ia uma série de distorções, porque o



texto constitucional valeria para todo o Poder Público, seja federal, estadual ou municipal, e para todos os Poderes, tanto o Judiciário quanto o Legislativo e o Executivo.

Acredito que essa providência salutar feriria de morte essa prática nefasta, que na verdade constitui um atentado à democracia, porque, como já definiu Norberto Bobbio, a democracia é o regime das leis e não dos homens, portanto todos devem ser tratados igualmente perante a lei. Esse sim, é o princípio basilar, a regra de ouro da vida democrática.

Todas as entidades da magistratura, as associações dos servidores públicos sempre se posicionaram firmemente contra o favorecimento de parentes, na linha do que a sociedade condena de maneira nítida e peremptória. Daí porque colocada a questão nos termos de um dispositivo constitucional, dada a sua relevância, esse sim, um tema que merece tal status, todos os Poderes e todas as esferas da administração a ele estariam jungidos, não havendo mais espaço para qualquer tergiversação ou tentativa de escape.

É bom recordar ainda que o Conselho atacou um outro ponto sensível e problemático do Judiciário brasileiro, ao extinguir 37 tipos de gratificação, os chamados "penduricalhos legais" que permitiam a magistrados de alguns Estados, por força de legislações específicas, driblarem o teto salarial estabelecido pela Constituição Federal, chegando a auferir, em alguns casos, remuneração em torno dos 50 mil reais. Essa decisão do Conselho, que deverá ser implementada em todo o Brasil no prazo de 90 dias, assinala, de modo inequívoco, que o Judiciário está se transformando e se aprimorando, exercitando a plenitude de sua prerrogativa de Poder da República, corrigindo os possíveis desvios e estabelecendo padrões elevados de seriedade e de moralidade no trato da coisa pública. São ações que devem com certeza repercutir e reverberar junto aos outros segmentos da administração pública, com efeitos salutareos



e benéficos, sobretudo num momento em que a população se sente atordoada e sem rumo em razão de tantos desvios, falhas e erros nesse particular.

Creio que tanto a resolução contra o nepotismo quanto as medidas adotadas na questão do teto, bem como as providências que vêm sendo tomadas para agilizar os trâmites processuais em todo o País sinalizam de modo inequívoco para a sociedade a seriedade e a vontade do Conselho Nacional de Justiça em contribuir de maneira efetiva para o aprimoramento do aparelho judiciário brasileiro.

**O MAGISTRADO** - O Senhor acha que o CNJ tem conseguido demonstrar à sociedade brasileira o compromisso com a construção de um novo Poder Judiciário?

**MAPR** - Estou convencido que sim. O CNJ é o coroamento de um longo trabalho, de um grande esforço das pessoas que efetivamente pensam a Justiça no Brasil, das pessoas e entidades que têm compromisso real e concreto com a melhoria da estrutura e do funcionamento do Poder Judiciário.

Costumo dizer que um Judiciário lento e ineficiente só interessa aos maus administradores e aos cidadãos desonestos. Todos os que labutamos na atividade judicante, todos os operadores do Direito, desejamos, sonhamos e lutamos por uma Justiça efetiva, célere, eficaz e eficiente, até porque o Judiciário é o pilar da Democracia, é o desaguadouro natural das tensões e das demandas sociais, é o grande Poder Moderador, que restitui a normalidade e a legalidade às áreas eventualmente conflagradas da vida nacional. É, por excelência, o artífice e o fiador da paz social.

Como já destaquei antes, tenho confiança em que o CNJ será o órgão capaz de uniformizar os procedimentos e definir de modo claro e



objetivo os parâmetros e as políticas que deverão nortear a atuação da Justiça, em todos os rincões do País, encontrando maneiras de trazer para o Século XXI aquelas ilhas que ainda estão no início do Império, injetando recursos e condições de funcionamento naquelas comarcas e tribunais que ainda se ressentem da falta de material humano e às vezes até mesmo de instalações físicas e de material de expediente para atender à demanda cada vez maior de uma sociedade que anseia por Justiça.

O Brasil precisa de Justiça; a gente anda pelos Estados e percebe o quanto o povo está carente de um efetivo e concreto sentido de Justiça. Tenho alertado para a perda gradativa e contínua de legitimidade do Poder Público, que não vem cumprindo sua função constitucional de gerar o bem comum, causando enorme frustração nas expectativas do povo, desencanto tanto maior quanto mais delirantes tenham sido as promessas de campanha.

Estamos vivendo uma verdadeira miscelânea institucional, com o Executivo querendo legislar, o Legislativo querendo governar, e o Judiciário soterrado sob o peso de toneladas de processos, gerados por essa mesma instabilidade política e econômica, e manietado por dispositivos processuais anacrônicos e obsoletos, por uma legislação caótica e um verdadeiro cipoal processual que mais complica e emperra os trâmites das causas do que facilita a aplicação da lei ao caso concreto.

O que se percebe nitidamente é que o cidadão brasileiro tem cada vez mais sede de Justiça, e não só daquela que é atribuição específica do Poder Judiciário, mas também daquela incumbida aos outros poderes. A sociedade tem sede de leis justas, leis que interessem à Nação, e não fruto de ambições de políticos e grupos econômicos poderosos, feitas ao sabor da ocasião para acomodar este ou aquele interesse menor. O povo tem sede de justiça social, que assegure a aplicação dos recursos públicos para garantir o acesso dos menos favorecidos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e à terra.



Estou convicto de que a nós, os magistrados, incumbe nesta hora o dever de quebrarmos as paredes do castelo em que nos enclausuramos durante tanto tempo, para estarmos aptos a cumprir aquilo que a sociedade espera de nós, uma Justiça efetiva, concreta, real, serena e equilibrada na interpretação da lei, mas implacável e imparcial em sua aplicação.

**O MAGISTRADO** - Quais são as principais atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça?

**MAPR** - De acordo com o Regimento Interno do CNJ, à Corregedoria incumbe a tarefa de receber as reclamações e as denúncias apresentadas por qualquer interessado contra magistrados ou serviços judiciários auxiliares, bem como contra as serventias e cartórios. Até agora, pelo menos, a maioria das reclamações e dos pedidos de providência que deram entrada na Corregedoria diz respeito à demora no julgamento de processos, ou seja, a mais recorrente queixa do cidadão contra o funcionamento da máquina judiciária está ligada, fundamentalmente, à questão da demora no julgamento das causas, sabidamente um dos problemas fundamentais da Justiça brasileira.

É importante salientar que, em termos estatísticos, grande parte das denúncias apresentadas foram solucionadas com um simples contato telefônico ou por e-mail. O trabalho da Corregedoria exige cautela e tirocínio, pois é preciso separar o que é denúncia consistente, fundamentada em dados concretos e indícios suficientes de desvio, erro ou má-fé, daquilo que não passa de descontentamento ou ressentimento do cidadão que perdeu a demanda ou teve contra si sentença desfavorável. É necessário prudência e equilíbrio para poder distinguir as diferentes situações e não deslizar para o terreno da injustiça, atingindo a dignidade das pessoas.

Minha posição, desde que assumi a Corregedoria Nacional, foi procurar estabelecer canais e pontes com as corregedorias estaduais,





federais e com os próprios Tribunais de Justiça, de forma a que possamos atuar de maneira integrada e coesa, na busca da resolução dos problemas.

Sendo a Corregedoria Nacional um órgão muito novo, que sequer dispõe ainda de um quadro próprio de pessoal, essa integração, essa conjugação de esforços faz-se necessária para a superação das dificuldades. Desde o primeiro instante, busquei estreitar esses laços com os corregedores estaduais e federais, para que tenhamos condições de trabalhar de forma harmoniosa e integrada na busca do que a sociedade almeja e reivindica, que é um Judiciário capaz de entregar com rapidez, presteza e efetividade a prestação jurisdicional. A propósito, tenho recebido colaboração de muitos desembargadores, juizes e entidades de classe, convictos de que é preciso dar um choque de gestão no Judiciário, com vistas aos tempos modernos. Esse apoio tem me servido de grande alento e em muito tem facilitado o meu trabalho.

**O MAGISTRADO** - Quando o Senhor foi escolhido para integrar o CNJ, a imprensa divulgou amplamente que o Senhor era contrário à própria criação do Conselho. Ainda mantém essa opinião? E por quê?

**MAPR** - Há nisso um enorme equívoco. Em meu livro "Reflexões Jurídicas", publicado no ano de 2000, há referência a uma palestra que proferi em 1996, em São Luís, e outra depois, em 1997, no "Encontro Nacional dos Presidentes de Tribunais de Justiça", realizado em Manaus, nas quais defendi a criação do CNJ, e o que é curioso, até mesmo com esse próprio nome de Conselho Nacional de Justiça. Sustentei, naquela ocasião, a necessidade de um órgão que, a par da atividade correcional, de reparar desvios e afastar abusos, fosse um grande formulador das políticas do Poder Judiciário, capaz de definir e traçar as estratégias e as diretrizes para dar efetividade, eficácia e visibilidade à Justiça.



Agora, o que sempre fui, sou e serei contra é o chamado controle externo do Judiciário, pois repudio o controle de fora de qualquer Poder, seja o Judiciário, seja o Executivo ou o Legislativo. Defendo que um Poder que não é capaz de autogerir-se, de corrigir seus desvios e aprimorar seus instrumentos institucionais, não tem condições de ser Poder. Um Poder que precise ser controlado de fora para dentro é um desvio, uma negação da sua própria essência, da sua razão de existir. Uma coisa é a fiscalização da sociedade, à qual devem estar sujeitos todos os Poderes, toda a administração pública em todas as suas esferas, instâncias e segmentos. Outra, bem diferente, que não há de confundir-se com o exercício legítimo da cidadania, é o controle externo, como antes se pretendia, e que, no caso do Poder Judiciário brasileiro, mal conseguia disfarçar o ardil de tentar se encontrar, por via oblíqua, uma forma ou uma fórmula de controlar as decisões judiciais, ou seja, um modo canhestro e tortuoso de se colocar um freio na liberdade decisória dos juizes.

Acabou prevalecendo, entretanto, o bom senso, a inteligência com que, nesse particular, atuou o Congresso Nacional ao incluir o Conselho Nacional de Justiça entre os órgãos do Poder Judiciário, colocando suas decisões sob o controle do próprio Supremo Tribunal Federal, o que garantiu a indispensável e fundamental independência do exercício da magistratura, corolário pelo qual sempre me bati e que sempre defendi com intransigência. Tenho a satisfação de haver sido escolhido para integrar a primeira composição desse Conselho, no honroso cargo a que fui alçado pela indicação dos meus colegas ministros do Superior Tribunal de Justiça, missão que estou procurando cumprir com equilíbrio, serenidade e dedicação.

**O MAGISTRADO** - De acordo com levantamento recente do CNJ, 57 milhões de processos estavam nos vários tribunais e juizados brasileiros no dia 31 de dezembro de 2004, perfazendo uma média de um processo em tramitação para cada três habitantes do país. No levantamento anterior, o total de processos chegava a 60,6 milhões. Em sua opinião, esses números



demonstram um avanço no combate à morosidade da Justiça? Quais os fatores que explicam essa evolução?

**MAPR** - Sem dúvida nenhuma, essa queda no número de processos em tramitação nos diversos tribunais e comarcas do Brasil representa um avanço, um sinal positivo de que o Poder Judiciário está trabalhando com afinco para vencer suas dificuldades e ultrapassar suas limitações e empecilhos. O que aconteceu foi que, com o fim do regime de exceção, e logo depois com a edição dos sucessivos planos econômicos, as demandas reprimidas, os contenciosos jurídicos foram todos parar em seu desaguadouro natural em um País de vida democrática normal, ou seja, na Justiça. Os cidadãos passaram a bater às portas do Judiciário, pedindo solução e resolução imediata dos seus litígios.

Tornou-se, portanto, imperativo que o Judiciário procurasse aparelhar-se, munir-se de recursos humanos e materiais, de forma a responder prontamente a essa demanda. Sou testemunha do esforço de juizes e ministros no sentido de procurar vencer a imensa carga de trabalho, de processos a serem examinados e decididos. Acredito que essa diminuição no número de processos em tramitação na Justiça brasileira é resultado desse esforço gigantesco dos juizes e do empenho dos magistrados na busca da solução para os problemas da máquina judiciária, que, como já disse, apresenta discrepâncias imensas em seus diversos setores.

Inegavelmente, é resultado também dos grandes investimentos que o Judiciário tem feito para informatizar seus serviços, procurando propiciar aos cidadãos melhores condições de acessibilidade à Justiça, linha essa que, durante o período de 1998 a 2000, em que presidi o Superior Tribunal de Justiça, procurei dinamizar e desenvolver de modo acelerado, convicto de que, sem o aprimoramento tecnológico, sem investimentos maciços na informatização e na virtualização dos processos, o Judiciário não vai conseguir responder às demandas e exigências da sociedade. Não se



pode esquecer também das mudanças introduzidas na legislação processual, com o intuito de tornar mais célere a tramitação das ações, bem como a criação dos Juizados Especiais, inclusive os virtuais, que, sem dúvida, desempenharam um papel fundamental nesse avanço.

**O MAGISTRADO** - Essa mesma pesquisa aponta uma alta taxa de produtividade dos Juizados Especiais Federais, mesmo levando-se em conta o fato dos JEFs contarem com apenas 160 juizes. A relação entre processos julgados e pendentes é de 52,58% contra 84,36% no primeiro grau federal. Qual o segredo para essa produtividade significativa dos Juizados?

**MAPR** - Entendo que esse dado só vem corroborar minha assertiva anterior, no sentido de que a diminuição dos números de processos está intimamente ligada ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e aos avanços introduzidos na legislação processual e na estrutura do Judiciário. Acresça-se também a isso, o fato de que a menor complexidade das demandas e o caráter repetitivo dos processos nos Juizados Especiais resultam em altos percentuais de produtividade, enquanto as matérias complexas, não abrangidas pela competência dos Juizados Especiais, muitas vezes demandando perícias demoradas e o exame de laudos técnicos com cálculos sofisticados e planilhas complexas, levam naturalmente a uma maior elasticidade no tempo de tramitação processual.

**O MAGISTRADO** - Uma das grandes surpresas do estudo diz respeito à taxa de recorribilidade. Em 2004, dos 13,2 milhões de processos julgados, houve 1,8 milhões de recursos, correspondentes a 13,5% do total. Tendo em vista esses números, pode-se dizer que o excesso de recursos não se constitui no maior vilão da morosidade do Judiciário, como se pensava?

**MAPR** - Seria simplista e leviano creditar a um só problema a morosidade da Justiça brasileira. Trata-se, na verdade, de uma conjugação



de fatores, alguns, que já aponte, como, por exemplo, a imensa demanda por Justiça existente hoje no País, de um lado, e, de outro, as naturais dificuldades orçamentárias e os obstáculos políticos. Percebe-se que toda a sociedade, o Congresso Nacional, o recém-criado Conselho Nacional de Justiça, a OAB, as entidades da magistratura, enfim, os segmentos organizados da vida social estão todos comprometidos, acredito que de forma convicta, em propiciar ao Judiciário as necessárias condições para exercer seu múnus.

Não se pode esquecer, no entanto, que todos os levantamentos estatísticos apontam para o fato grave de que é o próprio Estado, seja por meio da União, dos Estados ou dos municípios, seja por meio de suas autarquias ou empresas públicas, que figuram em demandas levadas ao exame do Poder Judiciário. É necessário encontrar meios de pelo menos diminuir a intervenção do Estado nos contratos, nas relações econômicas e no funcionamento da economia, a não ser para coibir os abusos e garantir aos cidadãos igualdade de tratamento diante das instituições financeiras e outras entidades poderosas.

Infelizmente, não se possui um levantamento estatístico com dados que indiquem, por exemplo, quantos processos foram gerados, na Justiça de primeiro e de segundo grau e nos Tribunais da Federação, por esses sucessivos pacotes econômicos, como os chamados Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Bresser e tantos outros que viraram de pernas para o ar a economia e a própria vida dos brasileiros, indo desaguar no Judiciário, para que os solucione e reponha nos trilhos da legalidade a turbacão e a comoção causadas ao direito dos cidadãos.

Certamente, seria um número espantoso de processos, mormente se a eles se somassem as desapropriações diretas, em que invariavelmente se descumpre o sagrado princípio da prévia e justa indenização, sem falar no sem número de processos que os aposentados se



vêm compelidos a mover contra a previdência social na tentativa de obter o merecido reajuste de seus benefícios.

**O MAGISTRADO** - Por falar em número de recursos, várias propostas apresentadas ao Congresso Nacional visam reformar alguns dispositivos nos processos civil, penal e trabalhista, justamente para diminuir o excesso de procedimentos recursais e enxugar a máquina judiciária. O Senhor acredita que essas medidas realmente trarão o efeito desejado? O que mais é necessário fazer para diminuir a morosidade?

**MAPR** - Como já tive oportunidade de dizer antes, os problemas e os defeitos do Poder Judiciário só poderão ser corrigidos por meio de um conjunto organizado, coerente e corajoso de medidas, que vão desde o enxugamento do texto constitucional e da legislação ordinária, com o objetivo de tornar mais eficaz as suas regras. Necessário se faz também uma mudança de mentalidade e de postura dos próprios juizes, que precisam com presteza recuperar o tempo perdido em que ficaram soterrados sob recursos muitas vezes descabidos, matéria infraconstitucional. É preciso acabar imediatamente com o recurso ordinário para a Corte Suprema, bem como restringir a possibilidade de recursos especiais para o STJ, cujos 33 ministros estão julgando atualmente mais de 200 mil processos por ano, número verdadeiramente absurdo e que dá bem uma idéia da avalanche de ações que assoberba os juizes brasileiros.

Sou favorável à extensão da chamada repercussão geral, já aprovada para o Supremo Tribunal Federal, também para o STJ, para que se restabeleça, em definitivo, a base do sistema jurídico brasileiro do duplo grau de jurisdição. O STJ está cada vez mais em vias de tornar-se um mero tribunal de passagem, uma corte de filtragem de processos rumo à Suprema Corte. É preciso aproveitar a Reforma do Judiciário para implementar providências e medidas que realmente venham contribuir para afirmar e

definir, com clareza, a estrutura do Poder Judiciário e delimitar, com nitidez, as competências dos órgãos que compõe a sua estrutura.

Acredito também que, em casos excepcionais, naquelas causas repetitivas, que envolvam a aplicação da lei federal, poderia caber o chamado mandado inibitório, para impedir a ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Com a medida, o processo continuaria a ter andamento, mas os efeitos da decisão nele proferida ficariam sobrestados até o pronunciamento da Corte Superior. Seria medida semelhante à suspensão de liminar e de sentença, em mandado de segurança, adequada, em especial, às ações coletivas ou repetitivas.

Outro tema que reputo de extrema importância é o dos precatórios, instituto tipicamente brasileiro, que remonta a Portugal, às chamadas cartas de vênias da nobreza, a fórmula engenhosa que se encontrou para tornar possível a penhora dos bens dos nobres. Todos nós sabemos que o Estado brasileiro é mau pagador, o primeiro a não cumprir com as suas obrigações, o que acaba por estimular o contribuinte a nele espelhar-se e agir de igual modo. Por isso é urgente e necessário que se busque a criação, aproveitando a oportunidade que se apresenta no momento, de uma espécie de título sentencial, que poderia até mesmo ser negociado na Bolsa de Valores, ou outra medida com objetivo de forçar o Estado a pagar o que deve.

**O MAGISTRADO** - Recentemente, o ministro Celso de Mello, do STF, montou uma cartilha para orientar parlamentares sobre os limites das CPIs. Segundo ele, as CPIs não podem ordenar interceptação de conversas telefônicas, nem expedir mandado de busca domiciliar. No entanto, é comum vermos tais procedimentos nas Comissões. Há abuso de poder nas CPIs ou, simplesmente, falta de conhecimento da lei por parte dos parlamentares?

**MAPR** - Creio que, no afã de investigar, de chegar à verdade, de buscar os dados e as informações necessárias para a conclusão dos trabalhos, antes que desapareçam pelos artifícios e manobras dos investigados, muitas vezes as CPIs atropelam os trâmites processuais e os ditames constitucionais e legais que devem nortear, invariavelmente, a atuação do Poder Público. A atividade investigatória do Poder Legislativo está sujeita aos estritos limites do texto constitucional e está adstrita aos dispositivos legais pertinentes, deles não podendo afastar-se em nenhum momento.

Acho que se houvesse uma atuação integrada entre o Poder Legislativo e o Judiciário talvez fosse possível evitar alguns choques e mal-entendidos que vêm ocorrendo com frequência nos últimos tempos, em razão mesmo das especificidades e atribuições de cada Poder. Sempre defendi que a busca do bem comum é o objetivo e a razão teleológica do múnus público, motivo por que, embora necessariamente independentes e soberanos cada um em sua área de atuação, deveriam os Poderes agir sempre de forma harmônica e integrada, o que contribuiria enormemente para diminuir os atritos, evitar os mal-entendidos e apagar de vez os ressentimentos e as malquerenças.

**O MAGISTRADO** - Como o Senhor, magistrado de carreira, está vendo essa série de críticas à atuação tanto do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, quanto do presidente do seu tribunal, o ministro Edson Vidigal, que já anunciaram que estão se aposentando para sair candidatos a cargos eletivos? O Senhor acha normal e natural que magistrados exerçam atividade política?

**MAPR** - O homem, como já definiu Aristóteles, é um animal político, traz no seu sangue, nos seus genes, na sua essência, essa vocação para a arte de exercitar o Poder na sua amplitude. Entretanto, entendo que o homem que opta pelo exercício da atividade judicante está sujeito a alguns





limites e a algumas regras intransponíveis e que devem balizar e nortear sempre o exercício dessas funções. Um tribunal político é a própria negação do ideal de Justiça. A ambição de lançar-se candidato a um cargo eletivo é um desejo legítimo de qualquer pessoa no exercício de seus direitos de cidadão. O que não se pode admitir é que haja a instrumentalização política da atividade judicante, que se utilize a toga de maneira partidária.

